

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

José Antonio Martins Prestes

**O IMPACTO DO SURGIMENTO DO PSD (PARTIDO SOCIAL
DEMOCRÁTICO) NO SISTEMA PARTIDÁRIO CATARINENSE.**

Florianópolis, 2013

José Antonio Martins Prestes

**O IMPACTO DO SURGIMENTO DO PSD (PARTIDO SOCIAL
DEMOCRÁTICO) NO SISTEMA PARTIDÁRIO CATARINENSE.**

Trabalho de Conclusão de Curso, do
Curso de Ciências Sociais, do Centro
de Filosofia e Ciências Humanas
(CFH) da Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC).

Orientador: Yan de Souza Carreirão

Florianópolis, 2013

José Antonio Martins Prestes

O IMPACTO DO SURGIMENTO DO PSD (PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO) NO SISTEMA PARTIDÁRIO CATARINENSE.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais, e aprovado em sua forma final pelo programa de graduação em Ciências Sociais

Florianópolis, 24 de junho de 2013

Prof. Dr. Tiago Losso
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão
Orientador

Prof. Dr. Julian Borba

Dedico este trabalho a Maria Theresa Sampaio Prestes, minha esposa durante 23 anos, mãe dos meus três filhos, a quem chamo apenas de Preta, pelo seu companheirismo, compreensão e paciência na revisão de centenas de textos apresentados por mim durante todo o curso e na oitiva dos mais diversos temas das Ciências Sociais, nem sempre agradáveis àqueles que não se dedicam a elas.

Resumo

Este trabalho tem como objetivos identificar e analisar os impactos (mais imediatos) do surgimento do Partido Social Democrático, o PSD, no Sistema Partidário Catarinense e nos resultados das eleições municipais do Estado de Santa Catarina em 2012, por este ter nascido como uma das principais forças políticas do Estado (senão a principal, pois conta com o Governador do Estado), numa situação ainda melhor do que a observada no plano nacional, onde o PSD nasceu como o quarto maior partido brasileiro. Os objetivos serão discutidos à luz dos debates teóricos que abordam o grau de institucionalização do Sistema Partidário Brasileiro e a migração partidária como um fenômeno endêmico de nossa cultura político-partidária.

A parte empírica do trabalho foi dividida em três: na primeira, foram identificadas e analisadas as migrações partidárias de políticos catarinenses detentores de mandatos (nos anos de 2011/12), como principal elemento constitutivo da nova legenda. Na segunda, foram identificados e comparados os resultados das eleições municipais catarinenses de 2008 e 2012, para verificar a evolução do sistema partidário local nesse período e os impactos (imediatos) causados pela emergência da nova legenda. Na terceira parte, foram identificados e analisados os resultados das eleições e as coligações partidárias do PSD nos vinte maiores municípios catarinenses pela importância desses municípios no contexto estadual.

Os resultados do trabalho acabaram por confirmar o pressuposto de que a migração partidária ainda é um recurso importante, de um lado, para a reacomodação de políticos insatisfeitos com suas legendas e, ou, preocupados com a própria sobrevivência eleitoral, e de outro, das elites políticas (alinhadas ou não aos governos), para se aproveitarem de tais circunstâncias, no sentido de promoverem alterações que lhes garantam a continuidade de condições privilegiadas no sistema. Quanto ao processo de institucionalização do Sistema Partidário Brasileiro, o surgimento do PSD em nada contribuiu ou contribuiu negativamente, visto tratar-se (essencialmente) de uma manobra política, na qual importantes políticos de partidos de oposição histórica e sistemática aos governos Lula/Dilma e seus aliados, puderam colocar-se numa posição de “independência” ou se alinhar ao governo federal de acordo com suas conveniências, distorcendo assim a vontade dos eleitores expressa nas urnas e contribuindo com o descrédito da sociedade nos políticos, nos partidos e no sistema partidário. No caso do Sistema Partidário Catarinense, onde o PSD nasceu contando com o comandante do

executivo estadual e com a segunda força política na Assembléia Legislativa e na sua representação na Câmara Federal, a nova legenda, além de “aproximar” muitos políticos locais pertencentes ao DEM (portanto de oposição ao governo no plano federal), ao governo Dilma e sua base aliada, produziu uma re-acomodação¹ de forças políticas locais em torno do próprio Governador Raimundo Colombo, a princípio, a principal figura política do estado e um dos mentores da nova legenda no plano nacional.

Se ainda não é possível afirmar que o PSD é uma força consolidada do Sistema Partidário Brasileiro e Catarinense em decorrência do seu pouco tempo de existência, o intenso processo de migração partidária que lhe deu origem e os resultados das eleições municipais de 2012, tanto no plano nacional quanto no Estado Catarinense, confirmaram a força do novo partido e mostraram que o PSD será um ator importante nas eleições de 2014, mesmo com a possibilidade da nova legenda fundir-se ou incorporar outras legendas e passar a ter outra denominação.

¹ O termo re-acomodação me parece mais adequado do que uma “simples” mudança de sigla de DEM para o PSD, visto que entre os Deputados Estaduais e Prefeitos catarinenses que migraram para o PSD, ocorreram também migrações de políticos de outras legendas, como mostram as tabelas 04 e 05.

Lista de tabelas

Tabela 1 - Migrações partidárias na Câmara Federal em 2011 e 2012.....	33
Tabela 2 - Número de Prefeitos eleitos em 2008 e 2012 por partido. Percentual nacional de prefeituras conquistadas em 2012 e a evolução numérica (absoluta) por legenda.	39
Tabela 3 - Número de Vereadores eleitos em 2008 e 2012 por partido. Evolução numérica (absoluta) de cada legenda.....	40
Tabela 4 - Lista de Deputados Federais catarinenses que migraram para o PSD	43
Tabela 5 - Relação de prefeitos catarinenses que migraram para o PSD até 2012.	45
Tabela 6 - Distribuição de prefeitos e vereadores por partido em SC em 2008 e 2012.	47
Tabela 7 - Prefeitos e vices eleitos nos 20 maiores municípios catarinenses.	50
Tabela 8 - Coligações do PSD nos 20 maiores municípios de Santa Catarina	51

Lista de abreviaturas

Partidos Brasileiros

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
DEM	Democratas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PSC	Partido Social Cristão
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PV	Partido Verde
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PP	Partido Progressista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PHS	Partido Humanista Brasileiro
PSDC	Partido social Democrático Cristão
PCO	Partido da Causa Operária
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PSL	Partido Social Liberal

PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PR	Partido da República
PSD	Partido Social Democrático
PPL	Partido Pátria Livre
PEN	Partido Ecológico Nacional
PDS (*)	Partido Democrático Social
MDB (*)	Movimento Democrático Brasileiro

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	17
DEBATES TEÓRICOS	19
INTRODUÇÃO	19
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO.....	19
MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA, UM FENÔMENO ENDÊMICO NO BRASIL	25
O SISTEMA PARTIDÁRIO CATARINENSE	28
O PSD NACIONAL	31
O IMPACTO DO PSD NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012.....	38
O PSD CATARINENSE	42
A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA COMO PRINCIPAL ELEMENTO CONSTITUTIVO DO PSD CATARINENSE.....	44
O IMPACTO DO PSD NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012 EM SANTA CATARINA	47
O DESEMPENHO E AS COLIGAÇÕES DO PSD NOS MAIORES MUNICÍPIOS CATARINENSES	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXO	59
MANIFESTO Á NAÇÃO DO PSD	59

APRESENTAÇÃO

O Sistema Partidário Brasileiro passou a contar com mais três legendas nos anos 2011 e 2012; são elas o Partido Social Democrático, o PSD², o Partido Pátria Livre, o PPL³, e o Partido Ecológico Nacional, o PEN⁴. Atualmente contamos com 30 legendas registradas no Tribunal Superior Eleitoral.

Em que pese a motivação para a criação e a importância do PPL e do PEN para o Sistema Partidário Brasileiro, o objetivo central deste trabalho será avaliar o impacto do surgimento do PSD no Sistema Partidário Catarinense pelo fato da legenda nascer como uma das principais forças políticas do Estado, senão a principal, pois além do controle do Executivo estadual, o PSD conta com a segunda bancada na Assembleia Legislativa e com a segunda representação entre os Deputados Federais Catarinenses, ficando atrás apenas do PMDB nas duas instâncias, numa situação diferenciada do plano nacional, onde nasceu como a quarta maior força partidária do país, atrás do PT, do PMDB e do PSDB⁵. A análise aqui apresentada terá como base teórica as discussões sobre o grau de institucionalização do Sistema Partidário Brasileiro e a migração partidária como uma característica importante desse sistema.

O trabalho está dividido da seguinte forma: a primeira seção será dedicada (01) aos debates teóricos que discutem a institucionalização do Sistema Partidário Brasileiro e a migração partidária, no bojo dos quais, o fenômeno da criação do PSD em 2011 e os resultados das eleições municipais de 2012 serão analisados, e (02) a um breve histórico do Sistema Partidário Catarinense.

² Apesar do nome Partido Social Democrático (PSD) ter sido utilizado em outras duas ocasiões na história do Sistema Partidário Brasileiro, trata-se de um novo partido, seu presidente e principal articulador é Gilberto Kassab, O número atual da legenda é 55.

³ O Partido Pátria Livre foi registrado no TSE em 04/10/2011: seu presidente é Sérgio Rubens de Araújo Torres.

⁴ O Partido Ecológico Nacional foi registrado no TSE em 19/06/2012: seu presidente é Adilson Barroso Oliveira.

⁵ Segundo informações da página da Câmara de Deputados na internet: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>; acesso em 05.06.12, o PSD tinha 47 deputados, com a 4ª maior bancada. Numa pesquisa realizada em 31/01/2013, no mesmo link, o PSD apareceu com 49 Deputados Federais, o PSDB com 49, o PMDB com 78 e o PT com 88.

Na segunda seção serão apresentados: (01) um breve histórico do surgimento do PSD nacional, (02) o impacto do PSD no Sistema Partidário Brasileiro e uma discussão dos resultados das eleições municipais de 2012 no Brasil (de maneira sucinta, visto que estes não constituem o objetivo central do trabalho). Na terceira seção serão apresentados: (01) um breve histórico do PSD em Santa Catarina, (02) dados referentes à migração partidária que deu origem ao PSD, de Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, além do próprio Governador do Estado de Santa Catarina⁶ e (03) os resultados das eleições municipais catarinenses de 2012 comparados aos resultados de 2008, por partido. Na quarta seção serão apresentados e analisados (01) os resultados das eleições municipais nos 20 maiores municípios catarinenses e (02) as coligações do PSD nesses municípios. A última seção será dedicada às considerações finais.

⁶ A migração dos 512 vereadores ao PSD não foi analisada pelas dificuldades de identificação dos respectivos partidos de origem.

DEBATES TEÓRICOS

INTRODUÇÃO

Os objetivos deste projeto são avaliar os impactos iniciais causados pelo surgimento do PSD no Sistema Partidário Catarinense e as conseqüências mais imediatas geradas por esse novo agente político nos resultados das eleições municipais no estado de Santa Catarina, em 2012. Pretende possivelmente contribuir com a produção dos estudos sobre esse sistema, visto que, segundo Carreirão (2006), pouco se tem escrito sobre o assunto. Como afirmam Sell e Borba (2006) existem poucas obras que buscam um aprofundamento das características do sistema partidário de Santa Catarina a partir da ciência política ou da sociologia política.

A análise do impacto no Sistema Partidário Catarinense, em 2011, e das conseqüências do surgimento do PSD nas eleições municipais de 2012, passa necessariamente por dois debates importantes sobre o atual sistema partidário brasileiro inaugurado em 1979, que restituiu o multipartidarismo: o primeiro deles trata do debate sobre a institucionalização do nosso sistema partidário, ou do seu grau de institucionalização. O segundo trata da migração partidária como um fenômeno marcante do sistema partidário brasileiro. A migração partidária ganha relevância neste projeto, por ser esta a característica principal da formação do PSD, tanto no plano nacional quanto no cenário catarinense.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Sobre o primeiro debate proposto, considero pertinente iniciá-lo pela avaliação de Scott P. Mainwaring (2001) do sistema partidário brasileiro, a respeito do qual observa um baixo nível de institucionalização. Mainwaring chega a essa conclusão a partir de análises comparadas, em que parte de referenciais europeus e norte-americanos, não levando em consideração questões específicas. A primeira referência mencionada por Mainwaring é a de Sartori (1976), que propõe a análise dos sistemas partidários a partir de dois eixos: o número de partidos e o grau de polarização ideológica, não considerando o grau de institucionalização dos sistemas. A segunda referência é baseada no trabalho de Lipset e Rokkan (1967), que parte da compreensão sobre como as clivagens sociais (classe, raça, etnia etc.)

influenciam na formação dos partidos; apesar do seu uso ainda na atualidade, Mainwaring entende que as clivagens sociais não são adequadas para se entender a maioria dos sistemas partidários latino-americanos. E, por fim, a terceira referência concerne à ideia de que os partidos brasileiros são formados a partir das regras eleitorais, levando em conta a capacidade dos Estados e das elites políticas de estruturar o sistema político de cima para baixo. Para o autor, esse ponto é muito importante no nosso caso.

Mainwaring argumenta que desde 1830 o Brasil passou por várias interferências estatais no seu sistema partidário, as quais provocaram períodos de descontinuidade entre um sistema e outro: por essa razão os partidos têm raízes tênues na sociedade e escassa legitimidade.

O caso brasileiro ilustra o argumento geral de que o Estado e as elites políticas construíram os sistemas partidários de cima para baixo. Esse fato foi decisivo no Brasil, conforme M. Souza (1976) e Lamounier e Meneguelo (1986) assinalaram. O Estado foi um agente poderoso na formação do sistema de partidos, de duas maneiras. Primeiro, as elites políticas exercem um importante papel na organização dos partidos. Segundo, o Estado afetou o processo de formação do sistema partidário extinguindo partidos e sistemas de partidos por cinco vezes – em 1889, 1930, 1937, 1965 e 1979. “Todas essas cinco intervenções atuaram contra os partidos existentes – e mais profundamente em 1965 – desarticularam os processos de institucionalização do sistema partidário”. (MAINWARING, 2001: 92). Além disso, a prática do clientelismo e da patronagem têm favorecido as elites e os agentes estatais e dificultam a *accountability*.

Mainwaring aponta ainda a importância das elites não ligadas ao Estado na configuração de cima para baixo do sistema partidário: “...desde 1985, um grande número de políticos trocou de partidos e promoveu fusões e cisões partidárias. Essas ações influenciam significativamente no sistema partidário, e não podem ser entendidas de uma perspectiva de ‘baixo para cima’”. (MAINWARING, 2001: 92).

Mainwaring afirma que um sistema partidário só pode ser considerado institucionalizado se atender a quatro dimensões de institucionalização: (1) é necessário existir regularidade dos padrões de competição entre os partidos; (2) os partidos precisam ter fortes raízes na sociedade; (3) os atores políticos devem conferir legitimidade aos partidos (mesmo com críticas); (4) os partidos não devem estar subordinados às vontades de uns poucos líderes ambiciosos. E, com base em dados relativos a essas dimensões para o período que vai até

1996 afirma que o sistema partidário brasileiro é baixamente institucionalizado.

Outro ponto de vista a respeito do grau de institucionalização do sistema partidário brasileiro é defendido por Tarouco (2010). Partindo de outros referenciais teóricos e de outras bases empíricas, a autora defende o argumento de que este se encontra hoje plenamente institucionalizado.

Citando Katz e Mair (1994), Tarouco afirma que estamos vivenciando um processo de transformação (mundial) mediante o qual os partidos vêm deslocando seu foco de desenvolvimento das relações com as bases para as relações com o Estado (governo e parlamento) e à centralização da organização interna nas lideranças (MAIR, 2003). Aponta para a importância da continuidade e da estabilidade dos partidos através do tempo.

Tarouco(2010) cita ainda o trabalho de Rose e Mackie (1988), onde afirmam que a institucionalização é um pré-requisito para a sobrevivência dos partidos (individualmente) e que esta está baseada em três elementos: (1) organização competitiva no nível de eleições nacionais, (2) a apresentação de candidatos às disputas eleitorais nacionais e (3) a permanência na competição durante sucessivas eleições. Por fim, Tarouco sugere uma redução do conceito de institucionalização de Mainwaring (1999) para que o caso brasileiro possa ser analisado de forma mais acurada. Enquanto Mainwaring (2001) faz referências à institucionalização do sistema partidário como um todo, Tarouco trabalha com o conceito de institucionalização dos partidos tomados individualmente. Segundo ela, é perfeitamente possível haver partidos institucionalizados em sistemas pouco institucionalizados.

Ao analisar os resultados das eleições para a Câmara dos Deputados desde 1982 até 2006, o desempenho dos partidos para a Câmara Federal e o número de assembleias estaduais em que cada partido obteve votos nesse mesmo ano, Tarouco conclui que o desempenho eleitoral dos partidos contradiz a afirmação de que nosso sistema partidário seria pouco institucionalizado, conforme afirma Mainwaring (2001). Para ela, há um grande grupo de partidos que persistem no tempo, participando de eleições estaduais e nacionais regularmente, recebendo votos e elegendo representantes há mais de 20 anos, indicando, assim, a institucionalização desses partidos.

Para Braga (2010), o sistema partidário brasileiro vive uma dinâmica gradativa de institucionalização: o Brasil finalmente construiu um sistema de partidos viáveis, após 28 anos em que os principais

partidos organizaram a competição político-eleitoral, sendo esse um avanço fundamental para o funcionamento de uma democracia representativa.

Braga utiliza o critério desenvolvido por Mair (1997), que estabelece duas dimensões para caracterizar a institucionalização, ou não, de um sistema partidário. A primeira delas é avaliar se a estrutura de competição intrapartidária é aberta (e imprevisível) ou fechada (e previsível). Estrutura aberta seria aquela que permite a entrada de novos agentes partidários no sistema a qualquer momento, inclusive com a possibilidade de participação no processo de formação de governo; a fechada, aquela que adota a postura inversa. A segunda dimensão consiste em avaliar o relacionamento dessa estrutura com a formação do governo. Neste sentido, a estrutura de competição fechada contribui com uma menor volatilidade eleitoral corroborando com a idéia de estabilidade ou de institucionalização do sistema.

Analisando a volatilidade eleitoral partidária⁷ de acordo com o critério desenvolvido por Bartolini e Mair (1990), no período de 1990 a 2006, a autora observa que o Brasil sai de um índice de 16,8 para 10,3 pontos na Câmara dos Deputados. Além de apresentar uma trajetória descendente, quando comparado a outras 38 democracias de diversos países em vários continentes, o Brasil, ocupando o 10º lugar, está à frente da maioria das democracias recentes latino-americanas e pós-soviéticas.

Usando a classificação dos partidos segundo seu posicionamento ideológico descrita por Kinzo (1993) e por Figueiredo e Limongi (1999), em que os autores separam os partidos em três blocos – direita, centro e esquerda, Braga verificou que a volatilidade eleitoral entre blocos ideológicos, além de ser menor, apresenta uma queda ainda mais expressiva no mesmo período (de 90/94 a 2002/2006), de 6,7 para 2,6 pontos.

Braga (2010) observa que apesar do número de partidos, o atual Sistema Partidário Brasileiro apresenta um padrão bi-partidário, pelo menos nas competições para a presidência da República; especialmente a partir de 1994, quando o PT e o PSDB polarizaram a disputa. Quanto ao legislativo observa-se certo grau de concentração do poder em torno de um número maior de partidos (cerca de oito), caracterizando-se este como um sistema multipartidário.

⁷ Esse índice mede a transferência de votos de um partido para outros entre duas eleições consecutivas. Trata-se da soma do índice de volatilidade de cada partido, desconsiderando os sinais, dividido por dois.

Outro fator importante lembrado pela autora foi o índice de 73% de participação de políticos na composição dos ministérios de 1990 a 2007, políticos estes oriundos dos partidos que apoiaram o grupo governante no processo eleitoral ou que passaram a compor a base do governo após as eleições. Isso é importante porque fortalece o sistema partidário na composição do governo e não só como um instrumento para organizar a disputa eleitoral.

Para a autora, o atual sistema partidário brasileiro inicia-se aberto, permitindo a formação de um grande número de partidos até 1994, quando se estabiliza. A partir daí, os poucos partidos criados não alteraram o sistema.

Partindo de peculiaridades do Sistema Partidário Brasileiro, Melo (2010), afirma que apesar da intensa fragmentação verificada, o atual sistema partidário brasileiro “superou de forma clara os turbulentos anos 80 para virar o século com boa dose de estabilidade” (MELO, 2010: 37). Para o autor, o sistema começa a adquirir essa estabilidade nos anos 90, quando o PT e o PSDB firmam-se como os protagonistas principais das disputas presidenciais, enquanto o PMDB concentra-se claramente nas disputas para os executivos estaduais. O DEM, por sua vez, passa a compor com o PSDB no plano nacional como coadjuvante, e no plano estadual disputa as eleições para os governos somente nos (poucos) estados onde avalia ter boas chances de vitória. Salvo o PSB, que tem disputado sistematicamente eleições para os governos estaduais do nordeste, coube às demais legendas trabalharem para fazer boas bancadas nas eleições proporcionais. Esse quadro é chamado por Carlos Ranulfo de Melo de “jogos aninhados”.

Carlos Ranulfo de Melo afirma que, ao contrário do que vem ocorrendo no plano nacional, onde dois partidos ocupam papéis de destaque e polarizam a disputa, nas eleições para os executivos estaduais esses papéis são ocupados por grupos e lideranças políticas locais, que circulam desembaraçadamente entre as legendas.

O autor aponta este momento como a primeira vez que os partidos brasileiros estão operando no interior de uma democracia estável. Nota ainda que esse período, necessário para uma maior estabilidade do sistema, coincide com uma queda gradual nas taxas de identificação partidária, com a capacidade cada vez menor de mobilização dos partidos, com o aumento do número de eleitores que agem de forma independente das siglas partidárias e com o surgimento de novos *issues* e novos atores em todas as democracias contemporâneas.

Ao realizar uma avaliação da dinâmica do atual Sistema Partidário Brasileiro, com base na noção de institucionalização, Carreirão (2012) dialoga com alguns autores brasileiros (em especial PERES, 2005; BRAGA, 2010; TAROUÇO, 2010; MELO e CÂMARA, 2012), e defende o argumento que “alguns daqueles trabalhos recentes fazem uma avaliação excessivamente otimista quanto ao grau de institucionalização do sistema partidário, ou quanto à capacidade dos partidos (e do sistema partidário) de desempenhar algumas das funções que dele se espera, mesmo que aceite uma perspectiva menos exigente em relação aos partidos” (Carreirão, 2012: 2).

Sobre as conclusões de Tarouco (2010) que considera institucionalizado o partido que possui organização competitiva para as eleições nacionais ao longo de três eleições consecutivas, Carreirão (2012) afirma que esse critério pode considerar “institucionalizado” um partido muito pouco competitivo e que Tarouco não toma de forma adequada o conceito de Rose e Mackie em quem se baseia. Quanto à institucionalização do sistema partidário, Carreirão (2012: 25) afirma que a autora “... não considera adequadamente a dimensão propriamente sistêmica da expressão ‘sistema partidário’- que implica em certos padrões de inter-relacionamento entre os partidos - já que não analisa dados relativos a indicadores referentes aos padrões de competição eleitoral e formação de governos”.

Quanto aos níveis de volatilidade eleitoral, Carreirão (2012) critica a conclusão de Braga (2010) quando afirma que: (a) há uma tendência de queda dos níveis de volatilidade eleitoral, (b) os níveis atuais de volatilidade não são muito elevados, (c) os níveis de volatilidade ideológica são ainda menores e estão decrescendo. Portanto para a referida autora, o Sistema Partidário Brasileiro estaria se consolidando.

Partindo da análise desagregada dos dados, Carreirão (2012) critica Braga (2010) afirmando que os níveis agregados de volatilidade para o conjunto do país nas eleições para a Câmara Federal escondem a realidade dos dados no âmbito dos estados e municípios, que o mesmo ocorre com os níveis de volatilidade ideológica e para as eleições para Deputados Estaduais. Segundo Carreirão (2012), os níveis de volatilidade nas eleições para os cargos de Governador e Senador são altíssimos e não se observa neles uma tendência de queda, como efetivamente ocorre na Câmara Federal.

Carreirão (2012) também critica as afirmações de Braga (2010) quando diz que o Sistema Partidário Brasileiro, apresenta um padrão de “multipartidarismo moderado”. Para Carreirão (2012), o Brasil possui a

maior fragmentação partidária da América Latina na Câmara Federal, este fato não permite que classifiquemos nosso sistema partidário como um “multipartidarismo moderado”. Trata-se de um sistema altamente fragmentado.

Quanto á afirmação de Melo (2010) de que a disputa presidencial representa um ponto de amarração do sistema partidário, Carreirão (2012) afirma que os padrões de coligações para as disputas para presidente não se reproduzem nas outras esferas de disputa, nem em relação aos partidos que compõem os grupos de oposição e de apoio ao governo, nem no campo ideológico.

Criticando a afirmação de Braga (2010) de que a formação de governo estaria relacionada à estrutura de competição partidária e aos resultados das eleições, Carreirão (2012) afirma que os processos de formação de governos recentes têm se distanciado dos resultados das eleições através da cooptação de partidos e de parlamentares (que não estiveram ao lado do governo nas disputas eleitorais) para a sua base de sustentação, e conclui:

Assim, mesmo considerando uma concepção de institucionalização menos exigente do que a proposta por Mainwaring (como a proposta por Mair e tomada como referência por Tarouco, 2010 e Braga, 2010), não parece que haja motivos para concluir que estamos caminhando para um processo de institucionalização do sistema partidário, já que os indícios sobre a evolução do sistema partidário são contraditórios (Carreirão, 2012, p.29).

O debate sobre o processo de institucionalização do sistema partidário brasileiro é bastante amplo, mas acredito que a revisão acima seja suficiente para dar uma ideia da discussão sobre alguns dos pontos centrais desse debate a partir de alguns dos textos mais recentes produzidos sobre o tema. É no contexto desse debate que se insere a discussão sobre o tema das migrações partidárias.

MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA, UM FENÔMENO ENDÊMICO NO BRASIL

Com o fim do bipartidarismo, em 1979, passamos a ter novas legendas no sistema partidário; se de um lado essa medida constituía uma estratégia do regime para enfraquecer a oposição dividindo-a, de

outro, era do interesse de muitos políticos da oposição constituir novos partidos mais próximos das suas aspirações ideológicas e, ou, dos seus interesses e menos heterogêneos. Não obstante, não foi criado, paralelamente, nenhum instrumento legal que inibisse a migração partidária: muito pelo contrário. Segundo Melo (2004), estavam criadas as condições para esse fenômeno que ele qualifica como “endêmico”. De um lado, havia baixos índices de identificação partidária, o que permitia aos congressistas mudar de partido sem se preocupar com a opinião do eleitor. Por outro lado, as regras do jogo político abriam novas possibilidades para a atuação dos congressistas. Os novos partidos podiam concorrer nas eleições em todos os níveis apenas com um registro provisório e tinham acesso a recursos públicos sem representação no Congresso. Tal legislação tornou-se demasiadamente permissiva à migração partidária.

Carlos Ranulfo de Melo aponta também a concentração de poderes legislativos nas mãos do Presidente da República, dos membros das mesas diretoras das casas legislativas e dos respectivos colégios de líderes partidários como outro fator importante para explicar o alto índice de migração partidária brasileira (essas condições foram criadas a partir da Constituição Federal de 1988 e dos Regimentos Internos das duas casas no Congresso).

Na luta pela sobrevivência eleitoral, essa concentração de poder produz consequências para o sistema partidário, que acaba induzindo a migração de políticos em busca de recursos para melhorar suas chances eleitorais. Neste caso, há um forte movimento migratório de parlamentares de partidos da oposição para partidos da base de sustentação do governo, geralmente incentivado por líderes que lutam para aumentar a base do governo no legislativo. Porém, pode ocorrer o contrário: em caso de governos desgastados, o sentido da migração é inverso.

O processo de migração partidária, segundo esse autor, além de distorcer a vontade dos eleitores expressa nas urnas, provoca um sentimento de descrédito nos políticos, nos partidos e no sistema partidário, corroborando a ideia de baixa institucionalização do mesmo. Lembrando que a conexão entre migração e baixa institucionalização envolve outros aspectos como a dificuldade dos eleitores formarem imagens partidárias, distorção na representatividade e eventual influência na formação de governo com a distribuição de cargos.

Como afirma Carlos Ranulfo de Melo, que pesquisou esse fenômeno na Câmara Federal brasileira, a migração é uma peculiaridade importante do nosso sistema partidário. Segundo o autor, ocorreram

1041 trocas de legenda envolvendo 852 Deputados Federais e Suplentes, no período de 1985 a 2002. Cerca de 29% dos deputados mudaram de partido pelo menos uma vez em 5 legislaturas.

A migração partidária, seja ela entre partidos já existentes ou para uma nova legenda, é um fenômeno político que não contribui para o processo de institucionalização dos partidos tomados isoladamente ou com a estabilização de um sistema partidário⁸. Ao contrário, ao distorcer a vontade do eleitor, contribui para reduzir a credibilidade da sociedade nos políticos, nos partidos e no sistema partidário.

Mesmo depois da resolução 22.610/2007 do Tribunal Superior Eleitoral, a qual definiu que os mandatos pertencem aos partidos e não aos políticos eleitos, o fenômeno da migração partidária no Brasil continua ocorrendo. A própria resolução deixou muitas brechas, das quais se valem políticos, líderes partidários e representantes de executivos, para promover as migrações que lhes convêm. Uma das principais brechas na resolução é a permissão da migração para uma nova legenda – nesse caso, a interpretação do Tribunal declarou que não ocorre a infidelidade partidária. A princípio, este é o caso em que se enquadram as migrações dos políticos (detentores de mandatos) para o PSD sem o risco de perderem os seus mandatos.

O atual sistema partidário brasileiro, inaugurado em 1979, que restabeleceu na prática o multipartidarismo, pode ser dividido em dois períodos, se considerarmos a evolução numérica dos partidos: de 1979 a 94, quando o sistema passou de 2 para 23 legendas, e de 95 até os dias atuais, em que mantivemos uma média de 29 partidos no sistema⁹.

⁸ Chamo a atenção aqui para as migrações que têm objetivos puramente fisiológicos e, ou, para as que têm como objetivo principal a sobrevivência eleitoral dos migrantes. Existem migrações que podem contribuir para um possível processo de institucionalização do sistema partidário como as resultantes de fusões ou incorporações de partidos que, em tese, reduz a alta fragmentação partidária, um fator negativo para um sistema partidário como o brasileiro.

⁹ A lei Nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, regulamentou os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. No seu § 1º do art. 7º diz que só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles.

A criação do PSD a partir de dissidências de vários partidos de oposição aos governos Lula/Dilma como do PSDB, do DEM e do PPS e também da própria base aliada do governo como do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, do Partido da República, o PR, do Partido Popular, o PP, do Partido Verde, o PV, do Partido da Mobilização Nacional, o PMN e até do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB - num momento em que o grupo governista capitaneado pelo PT e pelo PMDB inicia o seu terceiro mandato consecutivo gozando de altos índices de aprovação junto a vários setores da sociedade, induz a algumas questões a respeito de quais seriam as intenções dos líderes do PSD neste contexto: deixar de fazer oposição a um governo bem avaliado, evitando assim um possível desgaste político-eleitoral em suas respectivas bases? Romper com uma estratégia de oposição sistemática e assumir uma estratégia de “independência”, que possibilitaria inclusive compor com os governistas, em alguns casos? Essas duas questões evidentemente se aplicam aos políticos dos partidos que se identificam como oposição ao governo Dilma/Lula. Para os políticos dos partidos da base aliada que migraram para o PSD, as perguntas certamente são outras: qual foi seria a motivação para a migração de políticos de partidos da base aliada do governo para o PSD? Estariam eles insatisfeitos com seus respectivos partidos e por isso migraram para a nova legenda em busca de mais espaço político e melhores condições para a sua sobrevivência eleitoral?

Situado o debate que relaciona a forma como têm se dado as migrações partidárias e o processo mais amplo de institucionalização do sistema partidário brasileiro, é necessário apresentar uma revisão da (escassa) produção acadêmica sobre o sistema partidário catarinense, que constitui a preocupação central deste trabalho.

O SISTEMA PARTIDÁRIO CATARINENSE

Segundo Carreirão (2006), o sistema partidário catarinense apresenta, em relação ao plano nacional, um predomínio conservador pelo menos até o início do atual sistema partidário. Hoje podemos verificar um maior equilíbrio de forças partidárias no Estado com o crescimento (já a algum tempo) do PMDB e mais recentemente do PT.

Desde o final da República Velha (1889-1930) até o golpe de 1964, o Estado de Santa Catarina foi dominado politicamente por dois grupos políticos antagônicos centrados em duas famílias: os Ramos e os Konder Bornhausen. A partir do golpe de 1964, as oligarquias rivais se entenderam no interior da ARENA. Ao final do regime militar, com o desgaste sofrido pelas forças políticas que apoiaram o regime, as

tradicionais elites dominantes começaram a preparar o jovem burocrata Esperidião Amin para enfrentar o candidato do PMDB, em 1982, concorrendo para o governo do Estado. Amin vence as eleições. Entre 1984 e 1985, durante a campanha pelas eleições diretas para presidente, as “Diretas Já”, e no bojo do processo de escolha para o presidente da República no colégio eleitoral, há a ruptura entre Amin e Jorge Konder Bornhausen. Esperidião Amin fica com a liderança do Partido Democrático Social (PDS), enquanto Jorge Konder Bornhausen se torna um proeminente líder do Partido da Frente Liberal (PFL), nascido da Frente Liberal, uma dissidência do PDS que apoiou o então candidato do PMDB à presidência da República naquelas circunstâncias. A partir daí, o PFL é controlado pelos Bornhausen em Santa Catarina durante toda a sua existência, até recentemente, quando saem para o PSD.

Em 2007, o PFL muda sua denominação para DEM (Democratas) – segundo suas principais lideranças, como uma tentativa de modernizar o partido. Em 1993 o PDS incorporou o Partido Democrata Cristão (PDC), mudando o nome para Partido Progressista Reformador (PPR). Com a incorporação do Partido Progressista, (PP), surge o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Desgastado, o PPB resolve novamente adotar a sigla PP, Partido Progressista. Com a participação ativa da esposa Angela Amin e mais recentemente do filho João Amin, o clã Amin domina o PP no estado de Santa Catarina desde a divisão gerada pela Frente Liberal.

O PMDB, herdeiro do apoio popular do MDB, por sua oposição ao regime militar, nasce em Santa Catarina com uma divisão interna entre “moderados” e “progressistas”. Da cisão entre esses dois grupos, em 1988, acompanhando uma movimentação nacional, vai surgir o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Outros progressistas saídos do PMDB se dirigem para o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Dessa forma, o PMDB adquire um perfil moderado e homogêneo no Estado. Outra característica importante lembrada por Carreirão é o fato de o PMDB, ao contrário do PP e do PFL (partidos que possuíram historicamente pouca disputa interna), não ser controlado por um cacique político ou um clã, havendo várias lideranças regionais que disputaram e dividiram o poder no partido. Nos últimos 10 anos, porém, isso mudou um pouco, já que Luiz Henrique da Silveira tem sido indisputadamente sua principal liderança.

O PSDB catarinense assume inicialmente um claro perfil progressista de centro-esquerda. Em 1994, enquanto no plano nacional o PSDB e o PFL se coligam para disputar as eleições presidenciais, a secção estadual do partido forma, junto com PT, PDT, PSB e PCdoB a

“Frente Popular”, contrariando a orientação nacional. Com a marginalização do PSDB estadual pela direção nacional do partido, houve uma divisão nas lideranças estaduais. De um lado ficou um grupo que assumiu uma postura mais ideológica e, de outro, um grupo que assumiu uma postura mais pragmática. O segundo grupo se tornou preponderante no partido. Atualmente esta divisão já não existe mais. Carreirão aponta que, com a saída do partido (e da política) de algumas das lideranças expressivas mais à esquerda, e com as vantagens associadas à ocupação da Presidência da República, a seção catarinense do partido passa a realizar coligações com partidos mais à direita do espectro ideológico. Em 2002, o PSDB catarinense se vê novamente dividido entre o apoio a Luiz Henrique da Silveira, do PMDB, e Esperidião Amin, do PP. Desta vez, seguindo a orientação do PSDB nacional, a seção estadual se coliga com o PMDB. Com a vitória, o partido cresce e se organiza no Estado.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), em Santa Catarina, é criado em 1980, formado a partir de membros saídos do MDB, alguns deles (os mais antigos) oriundos do antigo PTB. Numa aliança entre Esperidião Amin do PDS e Jairo Barreto do PDT entre 1984/85 houve a entrada de membros do PDS no partido. Dessa forma o partido adquire uma base bastante heterogênea em sua fase inicial, especialmente no sul do país. O trabalhista histórico Manuel Dias foi o principal dirigente do partido desde sua fundação (com exceção do pequeno período em que Nelson Wedekin comandou o partido), centralizando em si, muitas vezes, as principais decisões do partido.

O Partido dos Trabalhadores (PT) de Santa Catarina começa a ser discutido em 1979 por um pequeno número de pessoas, em boa parte, oriundas de grupos de ex-militantes clandestinos. Teve sua formação nos segmentos progressistas da igreja católica ligados aos trabalhadores sem terra e pequenos proprietários rurais, às lideranças sindicais e em setores da intelectualidade do Estado, seguindo de certa forma, o mesmo processo de formação do PT nacional.

Na região de Florianópolis o PT nasceu junto aos seguimentos profissionais como bancários, eletricitários, profissionais liberais, funcionários públicos, professores, estudantes e movimentos sociais de periferia sob a influência da igreja católica nesses espaços. No sul do Estado sua força se concentrava entre os mineiros, ceramistas e calçadistas da região de Criciúma. No Oeste, onde a força do partido ainda hoje é relevante, sua base inicial foi os pequenos produtores rurais, membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e sindicalistas influenciados também pelos setores progressistas da Igreja

Católica. No Vale do Itajaí e na região de Joinville o partido cresceu nos anos 90 com boa adesão do operariado industrial. Dessa forma, o PT de Santa Catarina nasceu com um perfil ideológico mais à esquerda que o PT nacional.

Nos anos 90 ocorreram transformações importantes no partido em relação aos seus anos iniciais: a sua militância que era basicamente voluntária passou a ser uma militância semi-profissional e profissional, a força do partido que vinha dos movimentos sociais no processo de sua formação, passou a se basear na sua representação parlamentar. Para TEIXEIRA (1996), o projeto socialista que deu origem e sentido ao partido que mobilizou centenas de jovens e trabalhadores em seus anos iniciais, foi substituído por um projeto pessoal e eleitoral de poder. Segundo o autor, pelo menos em Santa Catarina, o PT é um partido de dirigentes e não de trabalhadores.

Até a eleição de Lula à presidência da República em 2002, o PT de Santa Catarina foi dominado pela “Articulação de Esquerda”, um grupo próximo ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e majoritariamente de esquerda dentro do PT. Com a eleição de Lula e toda a influência adicional que esse poder trouxe ao seu grupo no partido, ocorreram mudanças na correlação de forças no interior do PT catarinense, fortalecendo grupos mais à direita liderados pela então Senadora recém eleita Ideli Salvatti. Apesar da crise gerada pela ocorrência do “mensalão” e da sua respectiva CPI, esse grupo continua na liderança do partido no Estado.

Nota-se que o sistema partidário catarinense, apesar do predomínio conservador, assemelha-se ao sistema partidário brasileiro. Seja no aspecto da fragmentação (se considerarmos o número de partidos existentes e atuantes nos dois sistemas), seja pela migração partidária entre legendas já consolidadas, seja no processo de origem de partidos através da dissidência de políticos de uma legenda já estabelecida para uma nova legenda.

O PSD NACIONAL

Em 27 de setembro de 2011 o PSD obtém o registro nacional no Superior Tribunal Eleitoral com o nº 55, torna-se o 28º partido político do Brasil, credenciando-se a tempo para disputar as eleições municipais de 2012. A construção do partido foi uma obra de engenharia política que teve nas figuras de Gilberto Kassab, Prefeito de São Paulo e de Guilherme Afif Domingos, Vice-governador do Estado de São Paulo, ambos até então proeminentes membros do DEM, os seus principais

mentores. A escolha do nome do partido foi uma homenagem ao ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, filiado ao homônimo PSD que existiu entre 1945 e 1964.

Além de Gilberto Kassab e Guilherme Afif Domingos, muitos outros importantes integrantes do DEM se transferiram para o novo partido ocupando cargos de direção: a Senadora Kátia Abreu (TO), os Governadores Raimundo Colombo (SC) e Omar Aziz (AM), o ex-ministro da Previdência Social Roberto Brant, o ex-Deputado Federal pelo Rio de Janeiro e candidato à Vice-Presidente da República em 2010, na chapa PSDB/DEM, Índio da Costa.

Com menos de um ano de existência, o PSD já possuía, no primeiro semestre de 2012 a filiação de 47 Deputados Federais e de dois Senadores da República, tornando-se a quarta maior bancada na Câmara Federal¹⁰. Filiaram-se ao PSD parlamentares de várias legendas de oposição aos governos Lula/Dilma como do DEM, do PPS e do PSDB e também da base aliada do governo como do PTB, do PR, do PP, do PV, do PMN, do PCdoB e até um parlamentar do próprio PT¹¹. A migração partidária de políticos detentores de mandatos foi o recurso político central utilizado para a constituição do PSD.

Segundo Antônio Augusto de Queiroz¹², um dos primeiros efeitos práticos desta migração foi uma redução considerável no número de Deputados que compunham a oposição ao Governo do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, de 111 para 85 membros na Câmara Federal¹³.

A tabela 01 mostra a lista nominal de Deputados Federais que mudaram de partido em 2011 e 2012 (incluindo alguns suplentes), identificando a unidade da federação, as legendas de origem e de destino dos parlamentares. Nela podemos observar que das 65 migrações ocorridas no período, 57 tiveram como destino o PSD e que o partido

¹⁰ Fonte: <http://www2.camara.gov.br/deputados/liderancas-e-bancadas>; acesso em 05.06.12

¹¹ Fonte: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/novo-congresso-oposicao-ao-governo-encolhe-no-legislativo.htm>. Matéria publicada em 11/02/2012.

¹² Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político, diretor de documentação do Diap e articulista do site teoria e debate. <http://www.teoriaedebate.org.br/colunas/cafe-no-congresso/psd-um-novo-partido-social-liberal>

¹³ Em matéria assinada da por Antônio Queiróz e publicada no site teoria e debate de 05 outubro 2011. www.teoriaedebate.org.br

que mais perdeu parlamentares para o PSD foi o DEM. Dos 21 emigrantes do DEM, 19 foram para o PSD (dos restantes, 1 foi para o PMDB e outro para o PPS). Outro fato interessante a ser observado nesse movimento migratório foi que dos 30 emigrantes de partidos que fazem oposição ao Governo Dilma (21 do DEM, 5 do PSDB e 4 do PPS), apenas 1 deputado migrou para outro partido da oposição. Dos outros 29 migrantes, 25 foram para o PSD¹⁴, 3 para o PEN¹⁵ e 1 para o PMDB.

Ainda na tabela 01 podemos notar que 35 Deputados saíram de um partido da base aliada¹⁶ para outro, fato que pode sinalizar uma estratégia pessoal em busca de melhores condições políticas e eleitorais, independente do parlamentar estar ou não na oposição. Outro ponto interessante a ser observado foi que dos 57 migrantes para o PSD, 25 eram de partidos da oposição, 20 eram da base do governo e 12 de partidos que não definiam com clareza sua posição com relação ao governo.

Tabela 1 - Migrações partidárias na Câmara Federal em 2011 e 2012

Nome do parlamentar/Estado	Legenda de origem	Legenda de destino
Izalci Lucas Pereira/DF	PR	PSDB
João Caldas/AL	PSDB	PEN
Fernando Franceschini/PR	PSDB	PEN
Cabo Juliano Rabelo/MT	PSDB	PEN
Jorge Boeira/SC	PT	PSD
Romanna Remor/SC	DEM	PMDB
Almeida Lima/SE	DEM	PPS
Sandro Mabel/GO	PR	PMDB

¹⁴ Embora o PSD, á época ainda não houvesse declarado apoio ao Governo, havia uma forte expectativa de que isso pudesse ocorrer. Portanto é plausível dizer que os migrantes dos partidos de oposição, que foram para o PSD, estavam na expectativa de compor a base governista.

¹⁵ Segundo declarações à imprensa do Presidente do Partido Adilson Barroso Oliveira, o PEN faz parte da base aliada da Presidente Dilma.

¹⁶ Conforme CARREIRÃO e NASCIMENTO (2013), os partidos da base aliada são: PT-PSB-PMDB-PDT-PCDOB-PP-PR-PTB-PRB.

Jefferson Campos/SP	PSB	PSD
Li liam Sá/RJ	PR	PSD
Ricardo Estar/SP	PV	PSD
Carlos Souza/AM	PP	PSD
Edson Pimenta/BA	PCdoB	PSD
Alexandre Silveira/MG	PPS	PSD
Homero Pereira/MT	PR	PSD
Átila Lins/AM	PMDB	PSD
Eliene Lima/MT	PP	PSD
Guilherme Mussi/SP	PV	PSD
Sergio Sveiter/RJ	PDT	PSD
Vilmar Rocha/GO	DEM	PSD
Sérgio Brito/BA	PSC	PSD
Silas Câmara/AM	PSC	PSD
Irajá Abreu/TO	DEM	PSD
Cesar Halum/TO	PPS	PSD
Walter Ihoshi/SP	DEM	PSD
Roberto Santiago/SP	PV	PSD
Eleuses Paiva/SP	DEM	PSD
Marcelo Aguiar/SP	PSC	PSD
Junji Abe/SP	DEM	PSD
Guilherme Campos/SP	DEM	PSD
Paulo Bornhausen/SC	DEM	PSD
Onofre Santo Agostini/SC	DEM	PSD
João Rodrigues/SC	DEM	PSD
Danrlei de Deus Hinterholz/RS	PTB	PSD

Raul Lima/PR	PP	PSD
Francisco Araújo/PP	PSL	PSD
Moreira Mendes/RO	PPS	PSD
Fábio Faria/RO	PMN	PSD
Dr. Paulo César/RJ	PR	PSD
Felipe Bornier/RJ	PHS	PSD
Arolde de Oliveira/RJ	DEM	PSD
Reinold Stephanes/PR	PMDB	PSD
Eduardo Sciarra/PR	DEM	PSD
Júlio Cesar/PI	DEM	PSD
Hugo Napoleão/PI	DEM	PSD
Roberto Dorner/MT	PP	PSD
Walter Tosta/MG	PMN	PSD
Marcos Montes/MG	DEM	PSD
Geraldo Thadeu/MG	PPS	PSD
Diego Andrade/MG	PR	PSD
Ademir Camilo/MG	PDT	PSD
Hélio Santos/MA	PSDB	PSD
Nice Lobão/MA	DEM	PSD
Heuler Cruvinel/GO	DEM	PSD
Thiago Peixoto/GO	PMDB	PSD
Armando Virgílio/GO	PMN	PSD
Manoel Salviano/CE	PSDB	PSD
Paulo Magalhães/BA	DEM	PSD
Fernando Torres/BA	DEM	PSD
José Carlos Araújo/BA	PDT	PSD

José Nunes/BA	DEM	PSD
João Lira/AL	PTB	PSD
Giroto/PR	PMDB	PSD
Vinícius Gurgel/AP*	PRTB -) s/ partido	PSD
Gabriel Chalita/SP	PSB	PMDB

Fonte: http://www.camara.gov.br/internet/deputado/resultadoHistorico.asp?Pagina=3&dt_inicial=01%2F02%2F2011&dt_final=29%2F10%2F2012&parlamentar=&filiacaoPartidaria=1&ordenarPor=1&Submit3=Pesquisar. Pesquisa realizada em 12/12/2012.

*O Deputado Vinícius Gurgel primeiramente saiu do PRTB e ficou sem legenda, posteriormente migrou para o PSD.

Embora o PSD se auto-intitule independente e não tenha declarado oficialmente o apoio ao governo Dilma no momento da constituição do partido, seus deputados têm votado sistematicamente com os governistas. Várias matérias publicadas na imprensa ao longo de 2011 e 2012¹⁷ deram como certa a aproximação formal do PSD com o governo Dilma, inclusive com a possibilidade da criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (com status de Ministério) a ser comandada por um de seus membros¹⁸. Segundo o Basômetro¹⁹, ferramenta online que mede o governismo no Congresso, os deputados do PSD têm acompanhado os governistas em 88% das votações mesmo antes do registro formal do PSD pelo TSE.

As declarações de Gilberto Kassab e de outros membros importantes do PSD publicadas no site oficial do partido acabaram sendo corroboradas pela primeira experiência eleitoral da legenda:

Ao afirmar que o PSD nascia sem ser “nem de direita, nem de esquerda e nem de centro”, o

¹⁷ Revista Veja de 03/05/2011. Jornal Folha de São Paulo de 07/11/2011, Caderno Poder. Revista Época de 29/11/2012. Jornal O estado de São Paulo de 25/01/2012.

¹⁸ Fato que acabou se confirmando em 6/05/2013 com a criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e com a nomeação de Guilherme Afif Domingos como titular da pasta.

¹⁹ Basômetro, ferramenta do *Estadão Dados* que mostra o comportamento dos parlamentares nas votações do Congresso. Pode ser acessado pelo endereço: <http://estadaodados.herokuapp.com/html/basometro/>

prefeito Gilberto Kassab tentou uma definição para o surgimento de um partido que não se atrelava às escolas tradicionais de formação política, via de regra arraigadamente vinculadas a claras tendências ideológicas. O PSD optou por se livrar dessas amarras, do mesmo modo que a sociedade tem feito celeremente nas últimas décadas. O mundo mudou e os partidos políticos estagnaram-se. E, na prática, tentam, perplexos, interpretar essas transformações pelo filtro de suas convicções ultrapassadas. Não é à toa que estejam tão afastados da realidade econômico-social contemporânea. A agenda da sociedade moderna é outra. Interessa-lhe tão somente resultados ao seu bem-estar, à defesa dos direitos individuais e coletivos e à moralidade pública, não importando se quem está em seu comando seja de direita, de esquerda ou de centro. A palavra de ordem (e não apenas da moda) é pragmatismo. As eleições de 2012 deixaram isso evidente. O eleitor brasileiro amadureceu e fez opções por projetos e nomes que dizem respeito diretamente aos seus interesses e necessidades imediatos. Se falharem, haverá troca daqui a quatro anos. Ou até antes, em 2014. Simples assim. (Eduardo Sciarra, deputado federal e presidente da Executiva Estadual do PSD-PR²⁰).

Segundo levantamento feito pelo jornal O Estado de São Paulo²¹, o PSD entrou no pleito dividindo (quase na mesma proporção) o seu apoio a candidatos de todos os grandes partidos, independentemente de suas respectivas posições ideológicas ou de serem aliados ou não do governo federal. Ainda segundo o jornal paulista, na mesma matéria, o PSD lançou pelo menos 46 candidatos próprios para prefeito em chapa pura (sem o apoio dos outros partidos), 276 candidatos da legenda foram apoiados pelo PMDB, 301 pelo PSDB, 275 pelo PT e 269 pelo PSB. O caso de Florianópolis é, segundo a matéria, um bom exemplo do ecletismo do PSD: o candidato a prefeito do PSD Cesar Souza Junior

²⁰ Trecho extraído do site oficial do PSD: <http://www.psd.org.br/artigo/o-psd-e-o-novo-cidadao-pragmatico> em 21/11/20112.

²¹ Edição impressa do jornal do dia 14 de julho de 2012, página 3. Acervo digital: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120714-43369-nac-3-pol-a4-not>

teve como candidato a vice João Amin do PP, um partido tradicional de direita, recebeu o apoio do PSDB um partido de centro, do PSB um partido de esquerda e do DEM, outro partido de direita²².

O IMPACTO DO PSD NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012

Os resultados das eleições municipais de 2012 nos 5566 municípios brasileiros confirmaram o PSD como um importante agente político do sistema partidário brasileiro atual. O novo partido obteve a quarta colocação no ranking de prefeitos eleitos e a quinta no número de vereadores. Se não é possível afirmar que o PSD é uma força consolidada do nosso sistema partidário em função do seu pouco tempo de existência, sem dúvida podemos observar que os resultados do primeiro embate eleitoral no qual participa, apontam para mudanças importantes no interior desse sistema. A mais evidente é a redução considerável nos quadros do DEM que perdeu 218 prefeituras e 1529 cadeiras nos legislativos municipais, em comparação com a eleição anterior, como mostram as tabelas 02 e 03 abaixo, passando da quinta posição entre os partidos com mais prefeituras e a quarta entre os partidos com mais vereadores em 2008, para a nona posição no número de prefeitos e vereadores em 2012, sendo um indício que fortalece a idéia de uma migração maciça de políticos do DEM para o PSD em busca de maiores chances de sobrevivência eleitoral. Porém a debandada de políticos do DEM não explica totalmente o sucesso do PSD, não só na Câmara Federal, visto que além do DEM outras legendas perderam cadeiras nas prefeituras e nos legislativos municipais como o PMDB, o PSDB, o PP e o PDT, assim como não foi só o PSD que confirmou no plano municipal sua posição no plano nacional. As tabelas 02 e 03 mostram que o PT e o PSB cresceram consideravelmente entre as 10 maiores legendas do nosso sistema partidário.

Segundo o site UOL Notícias, enquanto o PMDB elegeu 1024 prefeitos, seguido pelo PSDB com 702 e pelo PT com 635, o PSD elegeu 497 representantes. Nas eleições para os legislativos municipais

²² Utilizei aqui como referência a tabela de partidos da esquerda para a direita produzida por Cesar Zuco JR, em artigo preparado para o Seminário \Legislator Views of Brazilian Governanc da Universidade de Oxford, Setembro de 2009. Onde foram classificados como partidos de esquerda: PT, PCdoB, PDT, PCB e PSB. De centro: PMDB e PSDB. E como de direita: PFL, PDS, PRN, PTB, PL e PDC. Utilizei esta classificação por ela ser resultado de uma pesquisa baseada na opinião de parlamentares.

o partido que elegeu o maior número de candidatos foi o PMDB, com 7943 eleitos, seguido pelo PSDB com 5250, pelo PT com 5181 e pelo PP com 4922 eleitos, o PSD elegeu 4662 representantes. As tabelas 02 e 03 mostram com mais detalhes os números de prefeitos e de vereadores eleitos por partido (respectivamente).

Tabela 2 - Número de Prefeitos eleitos em 2008 e 2012 por partido. Percentual nacional de prefeituras conquistadas em 2012 e a evolução numérica (absoluta) por legenda.

Partidos	Prefeitos eleitos 2008	Prefeitos eleitos 2012	% PREFEITOS 2012	Ganhos/perdas (2012 – 2008)
PMDB	1201	1024	18,39	-177
PSDB	791	702	12,61	-89
PT	558	635	11,4	77
PSD		497	8,93	497
PP	551	469	8,42	-82
PSB	310	442	7,94	132
PDT	352	311	5,59	-41
PTB	413	295	5,3	-118
DEM	496	278	4,99	-218
PR	385	275	4,94	-110
PPS	129	123	2,21	-6
PV	75	96	1,72	21
PSC	57	83	1,49	26
PRB	54	78	1,4	24
PCdoB	41	56	1,01	15
PMN	42	42	0,75	0
PTdoB	8	26	0,47	18
PRP	17	24	0,43	7
PSL	15	23	0,41	8
PTC	13	19	0,34	6
PHS	13	17	0,31	4

PRTB	11	16	0,29	5
PPL	0	12	0,22	12
PTN	16	12	0,22	-4
PSDC	8	9	0,16	1
PSOL	0	2	0,04	2

Fonte: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/raio-x/partidos-e-prefeitos/votos-por-partido/?p=psd>

Tabela 3 - Número de Vereadores eleitos em 2008 e 2012 por partido. Evolução numérica (absoluta) de cada legenda.

PARTIDOS	ELEIÇÕES PARA VEREADOR		Ganhos/perdas
	2008	2012	
PMDB	8475	7943	-532
PSDB	5896	5250	-646
PT	4168	5181	1013
PP	5129	4922	-207
PSD	0	4652	4652
PDT	3525	3652	127
PTB	3624	3566	-58
PSB	2956	3553	597
DEM	4801	3272	-1529
PR	3534	3180	-354
PPS	2159	1853	-306
PV	1237	1583	346
PSC	1146	1462	316
PRB	781	1203	422
PCdoB	612	971	359
PSL	520	757	237
PMN	590	600	10
PRP	464	579	115
PHS	351	542	191
PTdoB	329	536	207
PTC	331	483	152
PSDC	351	445	94

PTN	320	427	107
PRTB	261	418	157
PPL	176	0	-176
PSOL	25	48	23
PCB	13	5	-8
PSTU	0	2	2

Fonte: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/raio-x/partidos-e-prefeitos/votos-por-partido/?p=psd>

Apesar do discurso de independência em relação ao espectro político ideológico e ao Governo Dilma, proferido por Gilberto Kassab em diversas ocasiões, que parece ter sido conveniente para que o PSD pudesse compor com partidos de diversas matizes ideológicas e posições diferentes em relação ao governo liderado pelo PT/PMDB, uma análise dos históricos dos principais membros do PSD e uma leitura um mais atenta do manifesto de fundação do partido²³ revela que o PSD é uma legenda com um viés de direita, defensora de um Estado mais preocupado com a economia de mercado, com a defesa da iniciativa privada e com a diminuição da carga tributária do que com questões sociais.

Outro aspecto da nova legenda é que ela se apresentou como uma tábua de salvação para políticos que tradicionalmente atuaram em partidos de direita que fizeram oposição histórica e sistemática aos Governos Lula/Dilma e seus aliados e que se encontravam com dificuldade eleitorais em função do bom desempenho da economia e da atuação no campo social dos governos petistas, fatores que conferiram ao governo Lula e estão conferindo ao governo Dilma, altos índices de aprovação nas mais diversas camadas da sociedade. O PSD ainda se apresenta como oportunidade para políticos pertencentes a própria base aliada, que por razões diversas não estão satisfeitos em suas legendas. Com a possibilidade de migrar para um novo partido sem a perda de mandato em função da Resolução do TSE nº 22.610, de 25.10.2007 (a qual restabeleceu os critérios para a fidelidade partidária), o PSD nasceu grande tanto numericamente quanto em importância no cenário partidário brasileiro em 2012, e confirmou sua força também nos

²³ Encontra-se no Apêndice o texto integral do Manifesto à nação, lido por Gilberto Kassab na primeira reunião da Executiva Nacional do PSD em Brasília em 28 de setembro de 2011.

municípios. Com esses resultados é coerente afirmar que o PSD se projeta como um ator importante para as eleições de 2014.

O acordo político entre o DEM, o PSDB e o PMDB, conhecido como Tríplice Aliança - feito em 2010, por conta das eleições estaduais e federais que elegeram Raimundo Colombo então do DEM e Eduardo Pinho Moreira do PMDB para os cargos de Governador e Vice-Governador respectivamente, os Senadores Luiz Henrique da Silveira do PMDB e Paulo Bauer do PSDB e inúmeros Deputados Estaduais e Federais das três legendas - foi reeditado em apenas três dos vinte maiores municípios do estado, Concórdia, Chapecó e Lages. Exceto em Lages²⁴ o PSD também fez parte dessas coligações.

O PSD CATARINENSE

No Estado de Santa Catarina as adesões ao PSD do Governador Raimundo Colombo e do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Gelson Merísio e do Deputado Federal Paulo Bornhausen (todos oriundos do DEM), apontaram para uma mudança ainda maior no sistema partidário local se comparado à situação nacional, por se tratar de importantes lideranças políticas estaduais. Dos 16 Deputados Federais do Estado, 4 migraram para o PSD, que se tornou a segunda maior bancada do Estado na Câmara Federal, superada apenas pela bancada do PMDB, com 5 integrantes. Dos 40 Deputados Estaduais, 9 migraram para o PSD. A bancada estadual do partido recém criado nasceu como a segunda maior força política no parlamento estadual, superada apenas pela bancada do PMDB, que contava com 10 representantes. A tabela 04 mostra os nomes, os cargos (Federais ou Estaduais) e os partidos de origem dos Deputados que migraram para o PSD.

²⁴ A tabela 08 que se encontra na página 40 mostra as coligações do PSD nas vinte maiores cidades do Estado, inclusive em Concórdia e Chapecó onde o PSD se coligou com o DEM, o PMDB e o PSDB entre outros partidos. No caso de Lages, a tríplice aliança se repetiu sem o PSD e com os seguintes partidos: PT, PTB, PMDB, PPS, DEM, PSDC, PHS, PSDB, PCdoB e PTdoB. Fonte: TRE-SC.

Tabela 4 - Lista de Deputados Federais catarinenses que migraram para o PSD

Nome	Cargo	Partido de origem
Jorge Boeira	Deputado Federal	PT
Paulo Bornhausen	Deputado Federal	DEM
Onofre Santo Agostini	Deputado Federal	DEM
João Rodrigues	Deputado Federal	DEM
Maurício Eskudlark	Deputado Estadual	PSDB
Kennedy Nunes	Deputado Estadual	PP
Gerson Merísio	Deputado Estadual	DEM
Jean Kuhlmann	Deputado Estadual	DEM
Ismael dos Santos	Deputado Estadual	DEM
José Nei Ascari	Deputado Estadual	DEM
Darci de Matos	Deputado Estadual	DEM
Jorge teixeira	Deputado Estadual	DEM
Ciro Rosa	Deputado Estadual	DEM

Fontes:

http://www.camara.gov.br/internet/deputado/resultadoHistorico.asp?Pagina=3&dt_inicial=01%2F02%2F2011&dt_final=29%2F10%2F2012&parlamentar=&filiaçãoPartidaria=1&ordenarPor=1&Submit3=Pesquisar. Pesquisa realizada em 12/12/2012.

Jornal on line: Destaque Regional da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina, Adjori/SC, site: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/destaqueregional/politica/psd-ja-e-a-segunda-maior-bancada-da-assembleia-legislativa-1.961632>. Pesquisa feita em 03/01/2013.

Segundo o site oficial do partido, o PSD recebeu ainda as adesões de 58 Prefeitos e de 512 Vereadores catarinenses²⁵ durante o processo de fundação.

Outra característica importante na estruturação do PSD catarinense foi a migração maciça dos quadros do DEM para o novo partido. Todos os Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais do DEM, inclusive o Governador do Estado migraram para a nova legenda²⁶. Enquanto o PSD nasce forte no Estado, o DEM agoniza com

²⁵ <http://psd-sc.org.br> em junho de 2012.

²⁶ Fonte: Diário Catarinense de 11/10/11.

a perda dos seus principais quadros, que acabaram arrastando uma legião de políticos de menor expressão na legenda para o novo partido.

A MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA COMO PRINCIPAL ELEMENTO CONSTITUTIVO DO PSD CATARINENSE.

O PSD catarinense nasceu e constituiu-se como uma das mais importantes forças políticas locais por conta de um grande processo de migração de políticos detentores de mandato nos planos municipal, estadual e federal. Em Santa Catarina, o PSD contou (no ato de seu registro) com a filiação de 512 Vereadores, 58 Prefeitos, 9 Deputados Estaduais (entre eles o Presidente da Assembléia Legislativa), 4 Deputados Federais e do próprio Governador do Estado²⁷.

Como se trata de um sistema fechado, se ocorreu ganhos de um lado, ocorreram perdas de outro. O DEM catarinense foi o partido que mais perdeu quadros para a nova legenda. Além do Governador Raimundo Colombo e do Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Gelson Luiz Merísio, todos os deputados estaduais e federais do partido migraram para o PSD. Dentre os deputados federais, certamente a migração do Deputado Paulo Bornhausen adquiriu um significado especial por se tratar de um membro de um dos mais importantes clãs políticos do Estado. A migração desses líderes estaduais arrastou uma legião de Prefeitos e de Vereadores que certamente vislumbraram na nova legenda melhores condições para sua sobrevivência política e eleitoral.

A tabela 05 mostra a migração dos prefeitos catarinenses. Nela podemos notar que dos 58 migrantes, 45 saíram do DEM, 8 do PMDB, 3 do PSDB, 1 do PP e 1 do PTB.

²⁷ <http://psd-sc.org.br> em junho de 2012.

Tabela 5 - Relação de prefeitos catarinenses que migraram para o PSD até 2012.

MUNICÍPIO	PARTIDO DE ORIGEM	PREFEITO
Alfredo Wagner	DEM	Nivaldo Wessler
Anita Garibaldi	DEM	Roberto Marin
Arroio Trinta	DEM	Claudio Spricigo
Ascurra	DEM	Moacir Polidoro
Balneário Arroio Silva	DEM	Evandro Scaini
Blumenal	DEM	João Paulo Karam Kleinubing
Bocaina do Sul	PSDB	Marta Regina Goss
Bom Jesus do Oeste	DEM	Sergio Luiz Persch
Bom Retiro	PP	José Antônio de Melo
Botuverá	DEM	Zenor Francisco Sgrott
Capão Alto	DEM	Antonio Coelho Lopes Júnior
Catanduvas	DEM	Gisa Aparecida Giacomin
Chapecó	DEM	João Rodrigues
Cordilheira Alta	PMDB	Ribamar Alexandre Assonalio
Cunha Porã	DEM	Euri Ernani Jung
Curitibanos	DEM	Wanderley Teodoro Agostini
Ermo	DEM	Marcos Leone Oliveira
Flor do Sertão	PMDB	Rogério Perin
Guatambú	DEM	Pedro Borsoi
Herval do Oeste	DEM	Nelson Guindani
Ibirama	DEM	Duílio Gehrke
Imaruí	DEM	Amarildo Matos de Souza
Iomerê	DEM	Antoninho Baldissera
Ipauçú	DEM	Denilso Casal
Irani	DEM	Adelaide Salvador
Irati	PMDB	Antonio Grando
Itapoá	PSDB	Ervino Sperandio
Jaraguá do Sul	DEM	Cecília Konell
Joaçaba	DEM	Rafael Laske
Lageado Grande	PMDB	Zeno Jairo Zmijevski

Lontras	DEM	Martina Zucatelli
Major vieira	DEM	Israel Kiem
Matos Costa	DEM	Darcy Batista Bendlin
Nova Itaberaba	DEM	Antonio Domingos Ferrarini
Orleans	DEM	Jacinto Redivo
Ouro	DEM	Neri Luiz Miqueloto
Palmitos	DEM	Norberto Paulo Gonzatti
Passos de Torres	PMDB	Newton Bitencourt da Silva
Ponte Serrada	DEM	Antoninho Rossi
Porto Belo	PTB	Albert Stadler
Princesa	PMDB	Edgar Eloi Lamberty
Rio do Campo	DEM	Antonio Pereira
Rio do Sul	DEM	Milton Hobus
Rio Negrinho	DEM	Osni José Schroeder
Salete	DEM	Juares de Andrade
Salto Veloso	DEM	Pedrinho Ansiliero
Santa Cecília	DEM	Joao Rodoger de Medeiros
São Bernardino	PMDB	Waldir Antonio Walker
São Bonifácio	DEM	Laurino Peters
São José do Cerrito	PSDB	Jose Maria de Oliveira Branco
São Ludgero	PMDB	Ademir Gesing
São Martinho	DEM	Leonete Back Loffi
Tigrinhos	DEM	Rudimar Francisco Guth
Treze Trilhas	DEM	Romeu Luiz Rabuski
Trombudo Central	DEM	Silvio Venturi
Tunápolis	DEM	Enoi Scherer
Vidal Ramos	DEM	Nabor Jose Schmitz
Xaxin	DEM	Gilson Luiz Vicenzi

Fonte: pesquisa própria feita com base no banco de dados do TRE-SC

O IMPACTO DO PSD NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012 EM SANTA CATARINA

A tabela 06 abaixo mostra que os resultados das eleições municipais em Santa Catarina confirmaram o PSD como o segundo colocado em número de prefeitos eleitos, 52, atrás apenas do PMDB que manteve o mesmo número de 2008, vencendo em 108 municípios. Em relação ao número de vereadores eleitos, o PSD ficou na terceira colocação, elegendo 491 representantes, muito próximo do PP, que ficou na segunda colocação neste ranking, elegendo 493 vereadores. Novamente o PMDB foi o partido que mais elegeu representantes para as câmaras municipais, com a vitória de 871 candidatos, seguido do PP e do PSD. Apesar do resultado positivo, o PSD perdeu 6 prefeitos e 21 vereadores em relação aos 58 prefeitos e 512 vereadores filiados durante o processo de sua fundação no Estado.

O partido que mais perdeu representantes municipais foi o DEM, Com 38 prefeitos e 337 vereadores a menos que em 2008. Com esses resultados o DEM caiu da terceira colocação para a sétima, tanto em número de prefeitos quanto de vereadores. O PSDB foi o segundo partido com maiores perdas, perdeu 9 prefeitos e 47 vereadores, seguido do PPS que perdeu 3 prefeitos e 27 vereadores.

Do outro lado está o PT, que se saiu como o grande vitorioso dentre os partidos que já existiam em 2008, elegendo 10 prefeitos e 72 vereadores a mais em 2012 e o PMDB que, apesar de manter o mesmo número de prefeitos, elegeu 35 vereadores a mais em 2012. Os resultados da tabela 06 mostram que o PMDB manteve a liderança folgada entre os partidos catarinenses nas eleições municipais e que as principais mudanças ocorreram entre os partidos que ocuparam (em 2008 e 2012), entre a segunda e a sétima posição nestes rankings.

Tabela 6 - Distribuição de prefeitos e vereadores por partido em SC em 2008 e 2012.

Partido	Prefeitos (2008)	Prefeitos (2012)**	Saldo (abs)	Saldo (%)	Vereadores (2008)	Vereadores (2012)***	Saldo (abs)	Saldo (%)
PMDB	108	108	0	0,0	836	871	+35	4,2
PP	59	46	-13	- 22,0	528	493	-35	- 6,6
DEM	43	5	-38	- 88,4	403	66	-337	- 83,6
PSDB	35	26	-9	- 25,7	378	331	-47	- 12,4
PT	35	45	+10	28,6	230	302	+72	31,3

PPS	5	2	-3	- 60,0	95	68	-27	- 28,4
PTB	3	0	-3	- 100,0	31	37	+6	19,4
PDT	2	7	+5	250,0	71	70	-1	- 1,4
PR	2	1	-1	- 50,0	70	64	-6	- 8,6
PSB	1	2	+1	100,0	35	21	-14	- 40,0
PSD*	0	52	+52	NC	0	491	+491	NC
PSC	0	1	+1	NC	6	16	+10	166,7
PCdoB	0	0	0	NC	5	9	+4	80,0
PV	0	0	0	NC	3	6	+3	100,0
PRB	0	0	0	NC	3	8	+5	166,7
PCB	0	0	0	NC	3	0	-3	- 100,0
PSL	0	0	0	NC	2	3	+1	50,0
PPL	0	0	0	NC	0	1	+1	NC
PSOL	0	0	0	NC	0	1	+1	NC
PMN	0	0	0	NC	0	1	+1	NC
PRP	0	0	0	NC	0	1	+1	NC
PSDC	0	0	0	NC	0	1	+1	NC
PTdoB	0	0	0	NC	0	1	+1	NC

Fonte: pesquisa própria feita com base no bando de dados do TRE-SC.

NC: não é possível calcular percentual, porque o valor inicial (2008) é zero.

(*) O PSD nasceu em 27/09/2011 contando com a filiação de 58 Prefeitos e 512 Vereadores em Santa Catarina.

(**) Entre 2008 e 2012 foram criados 2 novos municípios no sul do estado (Balneário Rincão e Pescaria Brava), que passou de 293 para 295 unidades.

(***) Por conta da Proposta de Emenda Constitucional 336/09 que possibilitou a alteração do número de Vereadores em vários municípios brasileiros o Estado de Santa Catarina passou de 2699 cadeiras em 2008 para 2862 cadeiras em 2012. Portanto um acréscimo de 6,03%. Os saldos (de Prefeitos e Vereadores) apresentados na tabela mostram os resultados em números absolutos.

Dentre os maiores partidos que compõem a base de sustentação do governo Dilma no plano federal o PP catarinense foi o que apresentou as maiores baixas, perdendo 13 prefeituras e 35 cadeiras nos legislativos municipais, contrariando a tendência de crescimento apresentada pelo PT e pelo PMDB.

De uma forma geral os principais partidos de oposição ao governo Dilma, DEM, PSDB e PPS perderam 50 prefeituras. Entre os partidos situacionistas no plano federal, o PP e o PTB, perderam 16 prefeituras no Estado. Entre os partidos da base aliada da Presidente Dilma, o PT, o PDT e o PSC, ganharam 16 prefeituras. O PSD, que não existia em 2008, pois foi criado em 2011, ano em que recebeu a adesão de 58 prefeitos, saiu do pleito com 52 prefeituras²⁸.

Em relação ao número de vereadores eleitos em 2012, enquanto os partidos de sustentação do governo Dilma²⁹, que já existiam em 2008, saíram com um saldo positivo de 66 vereadores, os partidos de oposição (DEM, PSDB e PPS) saíram do pleito com 411 vereadores a menos. O PSD catarinense saiu do seu primeiro teste eleitoral com 491 vereadores³⁰. Lembrando que quando o PSD foi criado em 2011, recebeu a adesão de 512 vereadores catarinenses. Este cálculo sugere que os partidos que não foram considerados nem governo nem oposição ao Governo Dilma e seus aliados, conquistaram 17 cadeiras a mais em 2012 nos legislativos municipais catarinenses.

O DESEMPENHO E AS COLIGAÇÕES DO PSD NOS MAIORES MUNICÍPIOS CATARINENSES

Além da análise agregada feita acima é importante uma análise que leve em conta a importância dos municípios no contexto estadual. Os resultados das eleições de 2012 nos vinte maiores municípios catarinenses³¹ apresentados na tabela 08 mostram que o PSD elegeu 4 prefeitos e dois vice-prefeitos nesses municípios, dentre eles, o prefeito de Florianópolis, Cesar Sousa Jr. O PMDB foi o único partido a superar o PSD elegendando 7 prefeitos e dois vices. Se em todo o Estado de Santa Catarina o PSD iniciou o período eleitoral com 58 prefeituras e terminou com 52 prefeitos eleitos, nos vinte maiores municípios do Estado, o PSD

²⁸ Lembrando que houve a criação de dois novos municípios no estado entre 2008 e 2012.

²⁹ Conforme CARREIRÃO e NASCIMENTO (2013), os partidos da base aliada são: PT-PSB-PMDB-PDT-PCDOB-PP-PR-PTB-PRB.

³⁰ Lembrando que houve um acréscimo de 163 cadeiras para os legislativos municipais catarinenses que passou de 2699 em 2008 para 2862 vagas em 2012, por conta da PEC 336/09.

³¹ O critério utilizado é o número de habitantes dos municípios, segundo o censo do IBGE de 2010. Porém, não podemos desconsiderar a importância econômica e política desses municípios no contexto estadual.

iniciou a disputa eleitoral com 4 prefeituras (as cidades de Blumenau, Chapecó, Jaraguá do Sul e Rio do Sul) e terminou elegendo os prefeitos de Florianópolis, Chapecó, São José e Palhoça, além dos vice-prefeitos de Palhoça e de Itajaí.

Tabela 7 - Prefeitos e vices eleitos nos 20 maiores municípios catarinenses.

Município	Prefeito	Vice-prefeito	Município	Prefeito	Vice-prefeito
Joinville	PMDB	PDT	B. Camburiú	PMDB	PR
Florianópolis	PSD	PP	Brusque	PT	PP
Blumenau	PSDB	DEM	Tubarão	PT	PT
São José	PSD	PSDB	São Bento do Sul	PMDB	PT
Criciúma	PMDB	PT	Caçador	PMDB	PT
Chapecó	PSD	PMDB	Concórdia	PT	PT
Itajaí	PP	PSD	Camburiú	PSDB	PSDB
Lages	PMDB	PPS	Navegantes	PSDB	PP
Jaraguá do Sul	PP	PMDB	Araranguá	PT	PDT
Palhoça	PSD	PSD	Rio do Sul	PMDB	PT

Fonte: pesquisa própria feita com base no bando de dados do TRE-SC

Entre as chapas vencedoras nos principais municípios catarinenses, podemos observar que as composições partidárias municipais não respeitaram necessariamente a divisão do plano nacional entre os principais partidos que apóiam o governo Dilma (PT, PMDB, PP, PDT e PR) e os que lhe fazem oposição (PSDB, o DEM e o PPS). O PMDB, por exemplo, se coligou com o PPS em Lages enquanto o PSDB compôs com o PP em Navegantes. O PSD por sua vez, coligou-se com partidos dos dois grupos em 17 municípios. Somente em 7 cidades, o PSD coligou-se unicamente com partidos da base de sustentação do Governo Dilma (Joinville, Lajes, Palhoça, Tubarão, São Bento do Sul, Camburiú e Araranguá).

A tabela 08 mostra que o PSD encabeçou ou fez parte de coligações com vários partidos, independentemente de suas respectivas posições ideológicas ou das relações destes com o Governo no plano federal e estadual. Nela podemos ver que o PSD aparece coligado com o

PP em 9 municípios, com o PMDB em 4, enquanto se coligou com o DEM em 8, com o PPS em 8 e com o PSDB em 7 cidades.

Dois fatos chamam a atenção nas coligações feitas pelo PSD, pelo menos nesses 20 municípios: o primeiro foi que o PT não se coligou com o PSD em nenhum deles, apesar dos esforços do Governador Raimundo Colombo neste sentido³² e o segundo, foi que o PSB esteve junto com o PSD em 16 coligações. Repetindo no plano estadual as boas relações entre Eduardo Campos, Governador de Pernambuco e Presidente do PSB e Gilberto Kassab, ex-Prefeito de São Paulo e Presidente do PSD.

Tabela 8 - Coligações do PSD nos 20 maiores municípios de Santa Catarina

Joinville	PSB
Florianópolis(*)	PP /PSC /DEM /PSDC /PSB /PSDB
Blumenau	PRB /PTB /PMDB /PSL /PTN /PSC/PR/PPS/PSB/PRP/
São José (*)	PP /PSC /PPS / DEM / PSB/PSDB
Criciúma	PSDB /PP /PR /PSC /PSB / PPS/PV /PDT /PT do B/PMN / PHS /PRP /PRTB
Chapecó (*)	PRB /PP /PTB /PMDB /PSL /PSC /PR /PPS /DEM /PSDC / PMN/PSB/PRP/PSDB/PTdoB
Itajaí (**)	PP/PDT/PTB/PMDB/PSC/PR/PPS/DEM/PSDC/PHS/PMN/PTC /PSB /PRP
Lages	PRB /PP /PSL /PTN /PSC /PR /PMN /PTC /PSB /PV /PRP /
Jaraguá do Sul	PRB /PTB /PPS /PSDC / PSB /PV
Palhoça (*)(**)	PDT / PV / PP / PRTB/ PSDC /PRB

³² O fato pode ser explicado pelas decisões tomadas no 4º Congresso nacional do PT, realizado em 2011, onde decidiu-se que não haveria coligações municipais com as siglas adversárias do PT no plano nacional nas eleições de 2012, especificamente com o PSDB, o DEM e o PPS. Segundo o presidente do PT catarinense José Fritsch (em matéria publicada em 11/02/201 pelo Diário Catarinense), a orientação aos diretórios municipais foi buscar, prioritariamente, alianças com o PMDB e, na sequência, com os partidos da base do governo Dilma.

Embora haja aproximação dos líderes do PSD com o governo petista no plano nacional, em Santa Catarina existem muitas restrições dos petistas à sigla recém criada pelo fato do PSD estadual ser composto majoritariamente por políticos oriundos do DEM, seus adversários históricos (friso meu).

B. Camburiú	PTB / PSL / PTN / PPS / PSB /PRP / PSDB
Brusque	PTB / PRTB / DEM / PV /PRB /PSC / PSB / PSL / PTN /PT doB
Tubarão	PDT / PPS / PSDC / PSB
São Bento do Sul	PMN / PSB
Caçador	PP / PSC /PPS / DEM / PSB /PSDB
Concórdia	PTB / PMDB / DEM / PSB / PV / PSDB
Camburiú	PSB/PC do B
Navegantes (***)	PRB /PP /PTB / PSL / PR /PSDC / PMN / PSB /PSDB
Araranguá	PP / PR
Rio do Sul	PSC / DEM / PSB / PSD

Fonte: pesquisa própria feita com base no banco de dados do TRE-SC

(*) Município onde o PSD elegeu o Prefeito. (**) Município onde o PSD elegeu o Vice-prefeito. (***) Município onde o PSD participou da coligação vencedora não estando na cabeça da chapa.

Exceto em Navegantes o PSD apresentou candidatos à Prefeito ou à Vice-prefeito nos demais municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do PSD nacional teve como base um grande movimento migratório de políticos de diversas legendas para o novo partido independente das posições ideológicas ou desses partidos pertencerem à base aliada ou fazerem parte do Governo Dilma. Se de um lado, houve a iniciativa de uma parte da elite política (alinhada ou não ao governo), no sentido de criar uma nova legenda que a aproximasse ou a mantivesse no poder, de outro lado, a nova legenda surge como uma oportunidade para um grande número de políticos, insatisfeitos com suas legendas, buscarem melhores condições de atuação política e, ou, de sobrevivência eleitoral sem o risco de perderem seus mandatos. Neste plano o movimento migratório foi majoritariamente no sentido da oposição para a situação ou pelo menos de aproximação ao grupo governista.

Logo no início de sua constituição a nova legenda contava com a quarta maior bancada na Câmara dos Deputados, dois Governadores de Estado e um Vice- governador, uma Senadora, dezenas de Deputados Estaduais, algumas centenas de Prefeitos (inclusive o da cidade de São Paulo) e com milhares de Vereadores. O alinhamento dos Deputados Federais da nova legenda com os Deputados governistas nas votações da Câmara (mesmo antes da formalização da nova legenda) e a redução imediata da bancada de oposição ao governo petista de 111 para 85 Deputados Federais (logo que a legenda foi homologada pelo TSE), evidenciaram a aproximação do PSD com governo e a alteração no jogo político partidário no plano federal desde então.

No seu primeiro embate eleitoral, nas eleições municipais de 2012, o PSD coligou-se sem restrições com os demais partidos e confirmou sua posição de destaque no plano municipal, saindo do pleito como o quarto maior partido em número de Prefeitos e o quinto maior em número de Vereadores eleitos.

Pelo menos nos resultados das eleições municipais pôde-se constatar uma considerável alteração na posição dos maiores partidos do Sistema Partidário Brasileiro. De maneira geral os partidos de oposição saíram enfraquecidos, especialmente o DEM, enquanto os partidos de situação saíram fortalecidos, especialmente o PT. Entre os partidos governistas, o PSB se fortaleceu enquanto o PMDB saiu do pleito com expressivas perdas, tanto no número de Vereadores quanto no de Prefeitos.

No plano estadual, onde o Governador de Santa Catarina migrou do DEM para o PSD e arrastou consigo todos os Deputados Estaduais e

Federais, Prefeitos e Vereadores do seu antigo partido para a nova legenda além de alguns políticos de outras legendas, o PSD nasceu como um dos mais importantes partidos do Estado, senão o mais importante. Enquanto isso, o DEM (que possuía até então a segunda maior bancada entre os Deputados Estaduais e Federais, o Presidente da Assembléia Legislativa e o próprio Governador), encontrou-se numa crise sem precedentes em sua história no Estado catarinense.

A migração partidária foi igualmente o recurso mais importante para a constituição da nova legenda no estado, porém, diferente do que ocorreu no plano federal, o sentido majoritário da migração dos políticos foi dos partidos de situação (especialmente do DEM, do PMDB e do PSDB, a chamada tríplice aliança) para o PSD, partido para o qual migrou o Governador do Estado. Se no plano nacional os políticos migrantes pretenderam se aproximar do governo, no plano estadual a idéia preponderante parece ter sido não se afastar do governo. Portanto, o alinhamento de políticos catarinenses ao Governador catarinense também os alinhou ao governo federal.

Os resultados das eleições municipais confirmaram o PSD como o segundo partido em número de prefeitos (atrás apenas do PMDB) e o terceiro em número de vereadores eleitos no Estado. Nos vinte maiores municípios catarinenses o PSD elegeu quatro prefeitos (sendo superado apenas pelo PMDB), entre eles o Prefeito de Florianópolis. O DEM, que figurava (antes da existência do PSD) entre os três maiores partidos catarinenses no ranking de prefeitos e vereadores, terminou o pleito na sétima colocação em ambos.

Do ponto de vista das coligações partidárias, tomando como base as coligações feitas pelo PSD nos vinte maiores municípios catarinenses, percebe-se que não houve restrições por parte do PSD nas coligações, nem em relação à ideologia, nem em relação à situação do partido fazer ou não parte da base aliada do governo estadual ou federal.

A utilização da migração partidária por parte das elites políticas nacional e catarinense, teve como principal objetivo gerar melhores condições políticas e eleitorais para que estas parcelas das elites se aproximassem ou permanecessem no poder, (entendendo aqui o poder como os partidos que controlam os executivos nacional e catarinense). Essa manobra, realizada distante do eleitor e alheia à sua vontade, além de distorcer a vontade dos eleitores expressa nas urnas, tem contribuído para aumentar ainda mais o descrédito da sociedade nos políticos, nos partidos e nos sistemas partidários, como apontou Melo (2004).

Em relação ao processo de institucionalização dos Sistemas Partidários Brasileiro e Catarinense, lembrando os critérios propostos

por Maiwaring (2001), podemos observar que: (1) o surgimento do PSD não contribui com a regularidade dos padrões de competição entre partidos, pelo menos no período analisado (entre as duas últimas eleições municipais); (2) o novo partido não possui raízes na sociedade visto que foi criado por parte das elites políticas, sem a participação ou a consulta aos eleitores ou à sociedade. Além disso, quando políticos relevantes mudam de sigla, isso não ajuda os eleitores a formarem identificação com os partidos, já que os indivíduos que dão “cara” ao partido passam a não fazer mais parte dele; (3) a legitimidade do PSD como um partido político, no sentido mais clássico do termo, é questionável principalmente por seu caráter fisiológico (uma vez que não possui posição ideológica nem critérios claros para a composição com outras legendas que não a busca do poder. Mesmo considerando que o fisiologismo e a pouca preocupação com a uma identidade ideológica não seja privilégio do PSD); e por fim, (4) pelo menos no período de sua criação até aqui, o PSD parece ser controlado por lideranças muito mais interessadas na conquista do poder do que na necessidade de construção de um novo partido que represente legitimamente a vontade de uma parcela da sociedade, supostamente não atendida pelos partidos existentes.

Quanto ao significado do PSD no processo de institucionalização do sistema partidários: (A) a própria migração em massa de políticos influentes de partidos importantes para um novo partido, sem que houvesse qualquer mudança significativa no contexto político, ou que esse partido corresponda a um anseio de um segmento relevante da sociedade, já é um indício de que os partidos existentes não têm um vínculo forte com seus eleitores, pois se esses vínculos existissem poderia haver um custo eleitoral sair de um partido; (B) ao migrarem, os políticos contribuem para tornar mais difícil a formação de imagens partidárias nítidas entre os eleitores, o que é relevante para a formação de identidades partidárias estáveis; (C) do ponto de vista da relação entre a estrutura da disputa eleitoral e a formação de governos, a participação do PSD no governo Dilma distorce a composição esperada do ministério, em relação aos resultados de 2010. Os dois primeiros pontos são mais relevantes a partir da noção de institucionalização de Mainwaring, o terceiro, a partir da noção de institucionalização de Mair (2003), utilizadas por Tarouco (2010) e Braga (2010),

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Maria do Socorro. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4, 2010.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **O sistema partidário catarinense (1980 – 2005): Histórico e evolução.** In: CARREIRÃO, Yan de Souza e BORBA, Julian (Org). Os partidos na política catarinense. Eleições, processos legislativos, políticas públicas. Florianópolis: Insular, 2006.

_____, Yan de Souza. **O sistema partidário brasileiro: um balanço de tendências recentes.** 36º Encontro Anual da Anpocs. GT 25 – Partidos e sistemas partidários, 2012.

MAIWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: O caso do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MELO, Carlos Ranulfo. **Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4, 2010.

_____. **Retirando as cadeiras de lugar.** Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985 – 2002). Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SELL, Carlos Eduardo e BORBA, Julian. **Eleições municipais e sistema partidário em Santa Catarina (1996 - 2004): uma análise a partir dos resultados eleitorais.** In: CARREIRÃO, Yan de Souza e BORBA, Julian (Org). **Os partidos na política catarinense. Eleições, processos legislativos, políticas públicas.** Florianópolis: Insular, 2006.

CARREIRÃO, Yan e NASCIMENTO, Fernanda. (2013). **As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil.** Teoria e Política, vol. 21, n. 2.]

TAROUCO, Gabriela da Silva. **Institucionalização partidária no Brasil (1982 – 2006).** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4, 2010.

TEIXEIRA, João P. **Escritos Militantes: Agonia Militante e Socialismo Agônico,** Florianópolis: Ed. Do Autor, 1996.

Zucco Jr, Cesar. **Material preparado para o Seminário Legislator Views of Brazilian Governance**". Universidade de Oxford, Setembro de 2009.

ANEXO

MANIFESTO Á NAÇÃO DO PSD

O Partido Social Democrático nasce voltado para os interesses maiores do Brasil, com dezenas de deputados federais, mais de uma centena de deputados estaduais, dois governadores, seis vices, dois senadores, prefeitos e vereadores de norte a sul do país.

Ao nascer forte e legitimamente – com perspectiva de ser a terceira maior bancada do Congresso – temos o dever de nos impor um desafio à altura do nosso compromisso com o País. Assim, o PSD anuncia com orgulho que está iniciando imediatamente as providências para apresentar, no Senado da República, uma Proposta de Emenda Constitucional para eleger em 2014 uma Assembléia Nacional Constituinte, com parlamentares constituintes exclusivos para concluir seu trabalho revisional no prazo de até dois anos.

Esperando contar com a participação de toda a sociedade brasileira, o PSD retoma, com determinação e coragem, a iniciativa da revisão constitucional prevista já no ato da criação da Constituição de 88.

Dirão que não é o momento. É verdade, já passou do tempo. Frustrada por acontecimentos da época, não foi feita quando devia, em 93, e caiu no esquecimento.

Dirão que é inconstitucional, que é impossível.

Impossível é conviver com remendos constitucionais e improvisações oportunistas, enquanto um pacto federativo superado impõe a Municípios, Estados e a própria União limitações, constrangimentos e falta de recursos para dar aos brasileiros serviços dignos de saúde, educação, segurança, justiça e oportunidade igual para todos.

Há tempos o Brasil está amarrado, travado, perdido em discussões que não prosperam, viciadas ora pelo fisiologismo, ora pelo corporativismo, radicalismo ou problemas menores. Sabemos que minirreformas ou remendos não resolvem mais. Há concordância, consenso sobre a necessidade das reformas política, tributária, fiscal, penal, trabalhista, mas estamos paralisados por um imobilismo que precisamos superar pelo bem da nação.

Temos o dever de começar a agir já, a obrigação de acertar nessa batalha pelas reformas estruturais e pela modernização do estado brasileiro. Um trabalho revisional focado, isento, de congressistas revisionais exclusivos.

Nossos congressistas estão hoje e estarão amanhã ocupados com a discussão dos nossos problemas imediatos e importantes do dia a dia. E vão precisar estar vigilantes, atentos a problemas que deveremos enfrentar nos próximos anos, por causa da crise econômica da Europa e dos Estados Unidos. Também têm de estar dedicados a eles. O País avançou nas últimas décadas, muito foi feito, mas podemos, devemos e vamos avançar mais.

O PSD que hoje nasce – independentemente da Revisão Constitucional Exclusiva que está propondo – tem convicções e defende, desde já, o voto distrital, com introdução gradual, inicialmente nos 85 municípios com 200 mil ou mais eleitores onde hoje há segundo turno.

O PSD tem posição clara na defesa das liberdades de expressão e opinião e ao direito do cidadão à informação. Somos, por convicção e princípio, contra qualquer tipo de censura, controle, restrição ou regulamentação da mídia.

O PSD será também intransigente na condenação e denúncia pública da corrupção e dos malfeitos. Está ao lado da sociedade, do trabalhador, dos jovens, da família brasileira que exigem respeito ao dinheiro público e comportamento ético, coerência e honestidade de seus governantes e da classe política.

O exercício da política tem de ser responsável, transparente, não comporta conluios, conchavos ou sombras.

Defendemos a iniciativa e a propriedade privadas, a economia de mercado como o regime capaz de gerar riqueza e desenvolvimento, sem os quais não se erradica a pobreza. Acreditamos num estado forte, regulador, mas democrático e centrado nas suas prioridades sociais.

Apoiamos as políticas sociais aos que mais precisam do amparo do estado, e a necessidade de abrir as portas de entrada do emprego digno para esses cidadãos. Devemos isso ao Brasil que quer e precisa se modernizar, se tornar mais ágil, se libertar das impossibilidades e oferecer, de verdade, igualdade de oportunidade aos que querem se profissionalizar, gerir seu próprio negócio e vencer na vida.

O PSD aposta na agricultura e na pecuária – como parte da cadeia produtiva do agronegócio – que libertou do atraso histórico as populações do campo, transformando antigos proprietários rurais em empresários e criando uma nova classe de trabalhadores especializados e valorizados. Mas fazemos questão de lembrar e valorizar a multidão de pequenos produtores, uma classe batalhadora que carrega o Brasil nas costas.

O PSD apóia e defende a preservação do meio ambiente como fator de sobrevivência do homem e da própria vida do planeta. É possível alargar as fronteiras da produção, de maneira sustentável e responsável.

O PSD exige a exposição clara, em todos os produtos comercializados, de todos os impostos ocultos nos preços dos bens e serviços, para que o cidadão saiba o que paga e o que tem direito a receber de volta do Estado. Pago, logo exijo: esse é o cidadão alerta e ativo que queremos.

O PSD defende intransigentemente a Zona Franca de Manaus como pólo de desenvolvimento tecnológico e de geração de empregos.

O PSD anuncia também a criação de seu Espaço Democrático, fundação que reunirá especialistas das diversas correntes de pensamento para debater com a Executiva do PSD os grandes desafios brasileiros. Neste processo, vamos percorrer todos os Estados, ouvindo a sociedade, empresários e trabalhadores para colher, em 27 seminários, subsídios para o Projeto de Um Novo Brasil.

O PSD contará ainda com a experiência de grande parte das lideranças ligadas à UGT – União Geral dos Trabalhadores – sobre políticas de inclusão social e desenvolvimento trabalhista. A UGT integrará órgão específico para somar esforços junto à Executiva Nacional do Partido e à Fundação Espaço Democrático.

O PSD afirma que não fará oposição pela oposição. Faremos política para ajudar o Brasil. Nossos adversários não são inimigos a eliminar, mas cidadãos com os quais vamos dialogar, sem violências ou radicalismos.

Temos democracia, direitos, liberdade, conquistas e avanços sociais. Nossa Constituição está aí, em pleno funcionamento. Mas temos ainda enormes desigualdades sociais, fome e injustiças.

Sem violentar direitos e liberdades já conquistados, com a Revisão Constitucional Exclusiva vamos enfrentar os pontos fundamentais que estão travando e obstruindo o desenvolvimento do Brasil. Esse movimento será um pólo construtivo, transformador, de convocação e envolvimento da sociedade.

Com nossas crenças e uma constituinte em 2014, vamos à luta unidos para construir um País mais moderno e desenvolvido, mais ético, justo, e solidário.

Vamos à vitória com nosso trabalho, com fé em Deus e com a força e grandeza dos nossos sonhos!